

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

COMPONENTES DA AÇÃO COLETIVA DA CONFEDERAÇÃO
NACIONAL DA INDÚSTRIA: LEGITIMIDADE POLÍTICA E PODER
DISTRIBUÍDO

Rafael da Silva da Costa

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6865>

Submetido em: 2023-09-17

Postado em: 2023-09-22 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

COMPONENTES DA AÇÃO COLETIVA DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA: LEGITIMIDADE POLÍTICA E PODER DISTRIBUÍDO

Rafael da Silva da Costa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7620-2130>

E-mail: rafael2.costa@usp.br

Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil.

RESUMO: A partir do diálogo com interpretações sobre a ação coletiva da CNI, como a de Mancuso (2007a), ou da recente combinação desta com a de Boito Jr (2018) sobre conflitos de classe, esta pesquisa entende a ação lobista da entidade como elemento de recuperação da legitimidade política de seu grupo dirigente, enfatizando a responsividade e potencial controle das ações deste pela pequena e média burguesia. Analisa-se dois componentes da ação coletiva da CNI a partir de sua mobilização e organização (Tilly, 1978) através de interpretação da bibliografia pertinente, entrevistas e documentos da CNI. A mudança na organização da entidade é revelada através da mutação de sua estrutura interna a partir dos anos 1990, levando à retomada de sua legitimidade política frente a potenciais representados. Esse processo calca-se em acordos de cavalheiros feitos numa rede de mobilização marcada pelo poder distribuído, que possui dois formatos: um no Sul e Sudeste; outro espreado pelo país. Isso reverbera em querelas entre grupos regionais de empresários pelo controle dos recursos da CNI. Conclui-se a necessidade de verificar empiricamente relações de representação na cena política a fim de vislumbrar seus possíveis deslocamentos em relação às práticas políticas de uma classe no bloco no poder.

Palavras-chave: Indústria, burguesia, ação coletiva, representação, corporativismo.

NATIONAL CONFEDERATION OF INDUSTRY'S COMPONENTS OF COLLECTIVE ACTION: POLITICAL LEGITIMACY AND DISTRIBUTED POWER

ABSTRACT: Drawing on interpretations of CNI's collective action, such as Mancuso's (2007a) or its recent combination with Boito Jr's (2018) perspective on class conflicts, this research understands the entity's lobbying activity as a means of regaining political legitimacy for its leadership. This is emphasized by highlighting the responsiveness and potential control of this group's the actions by the small and medium bourgeoisie. Therefore, two components of CNI's collective action are analyzed in view of its mobilization and organization (Tilly, 1978) through literature review, semi-structured interviews, and CNI's documents interpretation. The change in

CNI's internal structure since the 1990s is revealed as a key factor in the restoration of its political legitimacy in the face of its constituents. This process is rooted in chivalry agreements within a mobilization network characterized by distributed power, which takes two forms: one in the South and Southeast, and another spread across the country. This results in disputes between regional entrepreneurs' groups for control of CNI's resources. It concludes pointing to a need for empirical examination of the relationships of representation in the political scene to discern its possible shifts from class's political practices in the power bloc.

Keywords: Industry, bourgeoisie, collective action, representation, corporatism.

INTRODUÇÃO

Duas interpretações têm impacto inescapável na atual produção acadêmica sobre a ação coletiva da CNI. Uma destaca o *Seminário Custo Brasil* (1995) e a subsequente criação da *Agenda Legislativa da Indústria – ALI* (1996) como a solução para um desafio na ação coletiva do empresariado industrial (Mancuso, 2007a). A segunda separa a literatura especializada sobre a atuação política do empresariado industrial em dois campos: (i) o da "tese da debilidade política", que veria os industriais como atores políticos "fracos" sem capacidade de se organizar em torno de uma agenda comum; (ii) o campo que os considera um ator político "forte", capaz de obter sucesso em demandas horizontais (Mancuso, 2007b).

O fundamento da “tese da debilidade política” seria de que o corporativismo brasileiro, no qual a CNI é entidade de cúpula do patronato industrial, caracterizaria um obstáculo ao fortalecimento do segmento ao colocar em posição de liderança pequenos empresários (Kingstone, 1998; Payne, 1994; Schneider, 1997). Ela teria sido refutada pelo processo de aglutinação da indústria sob a liderança da CNI em torno da ALI, considerando-se que a entidade assumiu o custo de uma ação coletiva bem-sucedida, a fim de providenciar um benefício horizontal ao seu segmento econômico devido à recursos legados pelo corporativismo (Mancuso, 2007a). Essa abordagem deriva-se da teoria da ação coletiva de Olson (1974), segundo a qual a racionalidade política empresarial seria análoga àquela por eles adotada na alocação de bens no mercado prevista pela economia neoclássica.

Dessa interpretação derivou-se recente produção que considera posições da CNI como exemplar típico do comportamento da grande burguesia interna na cena política¹ (Guilmo, 2016; Guilmo; Del Passo, 2017; Spinace, 2019). Ao fazê-lo incorpora as formulações de Mancuso (2007a)

¹ Compreende-se por cena política o espaço em que se pode observar práticas e interesses de uma classe e sua representação por partidos (Poulantzas, 1975).

sobre a ALI àquelas de Boito Jr (2018) sobre a luta de classes no primeiro período de governos do PT. Acreditamos que os trabalhos recentes sobre a entidade industrial incorrem em problema já identificado na literatura especializada (Mancuso, 2007b), embora com sinal trocado. Enquanto um conjunto anterior de trabalhos vislumbrava na incapacidade de a CNI aglutinar o conjunto da indústria como exemplar da força política do empresariado industrial (Kingstone, 1998; Payne, 1994; Schneider, 1997), a literatura recente toma o sucesso da ALI como evidência de que a CNI representa a grande burguesia interna na cena política (Guilmo, 2016; Guilmo; Del Passo, 2017; Spinace, 2019). Ocorre que a síntese das formulações de Mancuso (2007a) e Boito Jr (2018) necessitaria de algum tipo de mediação, já que partem de premissas teóricas distintas. Enquanto Mancuso (2007a) pressupõe uma “lógica de ação coletiva”, fundada em pressuposto da economia neoclássica de tomada de decisões “racionais” de alocação de recursos na política (Olson, 1974); Boito Jr (2018) baseia-se em noção de vertente marxista em que classes sociais atuam na cena política conforme suas práticas no bloco no poder (Poulantzas, 1975).

Um primeiro passo para superar esse impasse reside em reconhecer que Mancuso (2007a) preocupou-se em avaliar a articulação e o sucesso legislativo do *lobby* da CNI, mas não seu impacto no relacionamento entre entidade e potenciais representados. Portanto, a fim de situar um estudo sobre *lobby* legislativo enquanto evidência empírica de representação política seria necessário encaixá-lo num contexto capaz de configurar *como* a ação impactou relações da entidade na cena política. Num segundo momento, cumpre reconhecer que para tomar a CNI enquanto representante de qualquer fração burguesa deve-se tomar outras precauções. Conforme Boito Jr (2018) anota, o fracionamento da burguesia é fenômeno complexo, não existindo “uma linha reta e rígida” delimitando-o. No entanto, o corporativismo pressupõe uma linha institucional que delimita quem se insere na CNI. Ao mesmo tempo, o pertencimento à rede do ente não é mandatório, mas depende de ato de vontade. Esse caractere alerta para não se entender a CNI como exemplar de fração de classe, devendo-se defini-la diante de sua especificidade.

Primeiramente, consideramos a CNI um *ator político coletivo*, pois se trata de organização que busca através do gasto de seus recursos garantir um bem coletivo a seus membros e representados (Tilly, 1978), mesmo que esses últimos o sejam apenas formalmente. Trata-se de recorte distinto daquele utilizado por Mancuso (2007a) por levar em conta componentes de sua ação coletiva como *organização* e *mobilização* (Tilly, 1978). Portanto, a estrutura interna do ator (organização) e a forma pela qual se adquire controle sobre seus recursos para agir (mobilização) (Tilly, 1978) conformam balizas para verificação de relações de representação na cena política. Sabe-se que pode haver deslocamentos entre práticas políticas de determinada classe ou fração de classe no bloco no poder e sua presença na cena política (Poulantzas, 1975). No entanto, este estudo visa analisar se a CNI

representa por meio de seus atos determinada fração de classe somente neste nível analítico. Destarte, mobilização e organização moldam como verifica-se se esse ator age no interesse de determinada fração de classe de uma maneira responsiva a esta, ou seja, se as ações do representante são potencialmente controladas pelo representado (Brito Vieira, 2017).

O texto organiza-se em quatro seções e breve conclusão. Na primeira, realiza-se o escrutínio da legitimidade política da CNI, verificando-se o sentido de sua mutação organizacional a partir dos anos 1990. Na segunda seção, analisa-se os acordos de cavalheiros que sustentam a rede de mobilização da CNI. Após, interpreta-se dados da rede sindical da entidade a fim de desvelar suas formas de poder distribuído. Em seguida, joga-se luz sobre as querelas regionais nas disputas pela direção da CNI a partir de 1988. Por fim, aponta-se potenciais contribuições do trabalho para futuras pesquisas sobre a ação coletiva da entidade industrial.

LEGITIMIDADE POLÍTICA EM FLUXO

A legislação designa à CNI a representação patronal da indústria em âmbito nacional, concedendo-lhe *legitimidade formal* para representar a burguesia industrial na cena política. Esse traço é característico do corporativismo, já que organiza institucionalmente um conjunto de entidades funcionalmente distintas num organograma não competitivo (Schmitter, 1974). Isso implica na formação de um Sistema Confederativo de Representação da Indústria (SCRI) no qual cada unidade da federação possui entidade própria, funcionalmente autônoma em relação à entidade de cúpula, mas vinculada a ela por meio de hierarquias territorialmente definidas. Esse é a base da estrutura interna da CNI, em suma, sua forma de organização (Tilly, 1978).

Schmitter (1971) toma o corporativismo brasileiro por um “pluralismo limitado”, já que a incorporação institucional de grupos de interesse não corresponde a uma adesão direta a partidos políticos. Analisando período análogo, Leopoldi (2000) prefere chamá-lo de “modelo híbrido”, dando menor relevo a seus caracteres pluralistas. Independentemente da ênfase dada aos elementos pluralistas, essa estrutura cria a possibilidade de competição pelo acesso aos canais de interação com o Estado. Isso possibilita vários atores coletivos se apresentarem como representantes de diferentes frações da burguesia industrial, desafiando a legitimidade formal da CNI.

Nesse contexto, *legitimidade política* refere-se ao grau de aceitação pelo grupo a ser afetado pelas ações de um pretendente a porta-voz de seus interesses (Tilly, 1978, p. 137). Podemos, portanto, verificá-la observando o grau de desafio à legitimidade formal da CNI em nível nacional, permitindo avaliar se potenciais representados consideram a entidade responsiva a seus interesses

(Brito Vieira, 2017). A criação de entidades visando canalizar demandas industriais por fora da estrutura da CNI evidenciaria, portanto, erosão da legitimidade política da entidade. A partir da interpretação da literatura especializada é possível verificar que a criação da ALI nos anos 1990 foi uma resposta aos desafios à posição formal da CNI entre o regime político de 1946 e a transição para o regime democrático.

O primeiro desafio ocorreu após o chamado “escândalo do mar de lama” de 1954, quando se revelou o uso pela CNI de recursos do Serviço Social da Indústria (SESI) para subsidiar diário abertamente getulista, levando industriais de grande porte a taxá-la de “entidade de fachada” (Schmitter, 1971, p. 335). Abre-se, a partir daí, um período de criação de associações industriais extracorporativas que desempenhariam papel importante enquanto porta-vozes dos grandes industriais, como a Associação Brasileira de Indústria de Base (ABDIB) e a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (Anfavea) (Velasco e Cruz, 1995; Leopoldi, 2000). A erosão de legitimidade da CNI segue com intervenções sucessivas dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart em seu comando, a fim de posicioná-la nas mãos de empresários aliados (Leopoldi, 2000, p. 274-275). Na primeira eleição da CNI após o golpe de 1964, a ditadura interviria no quadro eleitoral a fim de conceder vitória ao general Edmundo Macedo Soares (Schmitter, 1971, p. 234). Essas intromissões sucessivas abalaram a reputação da CNI, especialmente junto aos empresários de grande porte (Leopoldi, 2000; Schmitter, 1971).

A partir de então registra-se aumento das associações industriais extracorporativas, desafiando a posição da CNI especialmente entre setores de alta tecnologia concentrados no eixo Rio-São Paulo. Em 1979, das 40 associações desse tipo, 26 foram criadas após o golpe de 1964, sendo 17 delas de setores de ponta (Diniz; Boschi, 2016). Solidificava-se uma “dupla estrutura de representação” em que a CNI era vista por potenciais representados como “mais política” por possibilitar projeção pública a seus dirigentes pelo “número de empresas representadas” (Boschi, 1979, p. 166-170). Em contraste, as associações extracorporativas eram vistas como “pragmáticas” por atenderem de modo “eficiente” demandas da grande indústria (Boschi, 1979, p. 170).

No início da década de 1980, grandes industriais signatários do *Documento dos Oito*² articularam a chapa vencedora das eleições da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP (Bianchi, 2004). Assim, a FIESP reforçava sua posição de preponderância entre as entidades do SCRI, de modo a superar a relevância da CNI no cenário político nacional (Bianchi,

² A partir de 1977, o jornal *Gazeta Mercantil* passou a consultar anualmente empresários a fim de eleger aqueles dez mais influentes. Após eleitos, reuniam-se, a convite do jornal, para um fórum de discussões visando a produção de um documento. Oito dos dez mais votados assinaram, em 1978, a carta que ficou conhecida como *Documento dos Oito*, que continha a visão empresarial sobre o retorno ao regime democrático (Cardoso, 1983).

2001; Payne, 1994; Schneider, 1997). Fecha-se um ciclo de desafio à posição formal da CNI com a criação do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI. Formado por CEOs de grandes empresas que entendiam discutir-se “questões todas muito pontuais” na CNI, o IEDI assume importante papel de formulação de propostas de política industrial em nome dos pesos pesados do setor (Pinto, 2021, p. 56-59). Chegando aos anos 1990, a CNI encontrava-se flanqueada por inúmeros desafiantes à sua posição formal, experimentando evidente declínio de legitimidade política frente aos seus potenciais representados. Somente a conjuntura posta giro neoliberal traria a possibilidade de sua recuperação.

Em 1994, a entidade considerava o “processo de liberalização comercial desenvolvido desde 1989 [...] inevitável e necessário”, mas que “fatores externos às empresas” criavam “obstáculos à competitividade da indústria brasileira” (CNI, 1994, p. 11). Para torná-la competitiva seria necessário reformar o sistema tributário “ineficiente”, mudar a previdência “sem viabilidade econômica” e enxugar o aparelho estatal, demandas sumarizadas em “reduzir o Custo Brasil” (CNI, 1994, p. 14–18). Em maio de 1995, após Fernando Bezerra (1995-2002) assumir a presidência da CNI, organizou-se o *Seminário Custo Brasil*. O novo mandatário visava reorganizar a entidade:

[Na gestão Bezerra] houve processos de contratação de profissionais com nível de formação mais elevado em todas as áreas[...] a gente começou a ofertar produtos, e com foco. [Percebeu-se que] a gente te[ria] que buscar as associações [extra corporativas] [...] com essa discussão a gente lançou a primeira Agenda Legislativa da CNI em torno do Custo Brasil [...] aí tomou forma [a CNI] (entrevista concedida ao autor).

Para oferecer novos “produtos” e atrair associações extracorporativas, o Seminário apresentava a “marca” que Bezerra pretendia associar à CNI: uma entidade capacitada para responder aos desafios de seus potenciais representados frente a “abertura comercial” por meio da ALI (Mancuso, 2007a). No entanto, a dinâmica engendrada pela inserção das associações na organização escapou às expectativas teóricas da “lógica da ação coletiva” de Olson (1974):

A ALI, no início, era bem horizontal, a gente não aceitava demanda setorial, [mas] quando as associações começaram a entrar, começou a surgir uma seção de coisas setoriais. Eram coisas de baixo impacto nos demais setores, mas as associações setoriais começaram a pressionar, porque elas queriam usar [a CNI] para suas agendas específicas [...] havia um acordo de cavalheiros de não aceitar esse tipo de coisa, mas com o tempo foi passando (entrevista concedida ao autor).

Percebe-se que não só a CNI assumiu os custos para providenciar um benefício horizontal à indústria (Mancuso, 2007a), como também passou a assumir custos de pautas estritamente setoriais através de “acordos de cavalheiros”. A operação de disponibilizar seus recursos aos potenciais representados através de mutação organizacional foi tônica das gestões de Bezerra e Armando Monteiro Neto (2003-2010). Ela expressou-se na criação de fóruns empresariais

imbricados à estrutura corporativa a fim de reorganizar sua governança, tais como: a Ação Empresarial (Schneider, 1997), a Coalizão Empresarial Brasileira (Mancuso; Oliveira, 2006), o Fórum Nacional da Indústria – FNI, o Movimento Empresarial pela Inovação – MEI e os Conselhos Temáticos. Apresentar-se-á como os três últimos encaixaram-se na tática da CNI de recuperação de legitimidade.

Na gestão Bezerra criou-se os Conselhos Temáticos, espaços consultivos para envolver associações extracorporativas e grandes empresas, ou seus CEOs, nas discussões da entidade:

Nesses Conselhos Temáticos, que na estrutura formal da CNI deveriam ser só representantes de federações, a gente começou a abrir para participação de associações [...] se tinham dez vagas, quatro deveriam ser de associações, ou de pessoas de notório saber [...] foi relaxando o conjunto de regras de governança [da CNI], subvertendo-a ao longo do tempo (entrevista concedida ao autor).

Atualmente existem dez Conselhos Temáticos: Assuntos Legislativos, Infraestrutura, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico, Relações do Trabalho e Desenvolvimento Social, Agronegócios, Assuntos Tributários e Fiscais, Indústria de Defesa e Segurança e Mineração. Tratou-se de “subversão” do SCRI na medida em que a CNI criou instâncias capazes de abarcar entidades formalmente fora de seu sistema. Os Conselhos, inclusive, servem como espaço de mediação de conflitos entre frações da burguesia industrial, como em rusga relacionada a elaboração do Código da Mineração, no qual as pequenas mineradoras exigiram da CNI a criação do Conselho de Mineração para defender seus interesses frente às grandes³.

Na gestão Monteiro criou-se o FNI, órgão consultivo sem calendário fixo de reuniões, composto atualmente por 44 associações extra corporativas:

Nós trouxemos as entidades setoriais para se integrarem à estrutura da CNI, porque a estrutura sindical foi envelhecendo, perdendo representatividade e nós precisaríamos tonificar a representatividade, e a melhor forma era trazê-las. A vantagem delas é que se financiam na medida em que prestam serviços verdadeiramente à base, não é como a estrutura sindical (entrevista concedida ao autor).

Interessante notar a oposição entre as associações extracorporativas (“prestam serviços verdadeiramente”) e a CNI, em reconhecimento da perda de legitimidade política da última. Evidencia-se a intencionalidade de revertê-la quando se menciona “tonificar a representatividade” através da articulação. Ainda na gestão Monteiro criou-se o MEI, espaço de diálogo da CNI com CEOs de empresas líderes em inovação tecnológica. Composto por “CEOs de 40 grandes empresas brasileiras [...] também com assento do BNDES, da FINEP e representantes do

³ Entrevista concedida ao autor.

Ministério de Ciência e Tecnologia”⁴, ele tem como objetivo “vencer o desafio do qual dependerá uma inserção dinâmica do país numa economia global [...] o desafio da inovação” (CNI, 2009, p. 5). Dentro da CNI há noção de que o FNI tem “uma pegada diferente” do MEI, atribuindo ao primeiro espaço um viés de “demandas de curto prazo, reativas”, enquanto o segundo teria “um olhar de longo prazo” do que “precisa ser feito” para o “desenvolvimento do país”⁵.

Assim, mesmo que grandes industriais considerem a CNI “completamente disfuncional”⁶, ela serve para fornecer-lhes serviços lobistas. As gestões de Bezerra e Monteiro, portanto, mudaram a organização da CNI, inserindo associações extracorporativas e grandes empresários em sua estrutura interna, de modo a recuperar legitimidade política, especialmente frente a grande burguesia industrial. No entanto, não há evidências de que o novo formato organizativo permitiu o controle das ações da CNI por esses atores, caractere fundamental da responsividade (Brito Vieira, 2017). Portanto, a mutação de sua estrutura interna demonstrou um esforço em recuperar legitimidade política com parcela de potenciais representados, restando ao escrutínio de sua mobilização peça-chave para compreender qual destes controla suas ações na cena política.

OS ACORDOS DE CAVALHEIROS

O controle sobre os recursos para agir na CNI parte é exercido por sua direção, de forma que seu processo de eleição visibiliza qual fração de classe potencialmente controla suas ações, identificando representados e representantes (Brito Vieira, 2017). A fórmula do processo eleitoral no SCRI é uma empresa (sindicatos) ou entidade (federações estaduais e CNI) igual a um voto. No certame para direção da CNI somente delegados eleitos para o Conselho de Representantes da CNI – CRCNI⁷ podem votar. Para ser votado o indivíduo deve ou compor o próprio CRCNI, ou ser presidente de uma federação estadual. Nos certames federativos tem direito à voto os presidentes de sindicato, com mesmo peso para qualquer tipo de abrangência territorial (municipal, intermunicipal, estadual ou interestadual).

Esses filtros dificultam a competição e favorecem o concerto, pois o atrito com possíveis concorrentes também significa entrevero com eventuais eleitores. Desse modo, os pleitos no SCRI

⁴ Entrevista concedida ao autor.

⁵ Entrevista concedida ao autor.

⁶ Entrevista concedida ao autor.

⁷ O CRCNI é o órgão deliberativo máximo da entidade. Ele é composto por dois delegados indicados por cada um dos Conselhos de Representantes das federações estaduais e é responsável por julgar as contas da entidade a cada exercício financeiro, suspender ou eliminar instituições do quadro de filiadas e alterar o estatuto da CNI, entre outras atribuições.

sustentam-se em *acordos de cavalheiros*, pois trata-se de transações políticas apalavradas. Eles podem, por exemplo, se processar nos seguintes termos:

A federação [...] tem uma diretriz não-escrita de que o vice é o próximo [presidente] [...] não tenho conhecimento de quando foi a última disputa [...] tudo é pensado, não estamos enxergando para muito próximo [haver oposição], a não ser que se quisesse um embate, que não é interessante para ninguém (entrevista concedida ao autor).

A disponibilidade do cargo [de presidente da federação] é vista de acordo com o apoio da diretoria, ele só é eleito com apoio de todos os diretores, senão não [se] elege (entrevista concedida ao autor).

Por que tem federações com 14 sindicatos da indústria metalmecânica no mesmo estado? [...] é um processo político de desmembramento de base, porque tinha briga interna criava outro sindicato. Tinha federação que precisa[va] de três votos na eleição: “[então] deixa eu criar três sindicatos aqui” (entrevista concedida ao autor).

Os relatos apontam eleições baseadas em acordos fundados na crença de que as partes irão honrar seus compromissos. A regulação pode residir em “diretrizes não-escritas” de revezamento, trabalhar em busca de soluções consensuais ou, em caso de rusgas, separar cada parte em um domínio próprio para evitar conflitos. Relatos de presidentes de sindicato sobre ascensão ao cargo realçam essas operações:

Fiquei oito anos como diretor administrativo [do sindicato] e, no final do mandato de outro presidente, eu fui aclamado pela diretoria, não houve uma eleição, [decidiram] que eu assumisse o sindicato porque eu estava mais a par da situação (entrevista concedida ao autor).

[O presidente da Federação] me convidou para vir [na sede], e tinha um sindicato fechado [...] tinha um presidente [...] ele me deixou bem à vontade porque não tinha tempo para fazer o serviço [...] já estava finalizando o mandato dele e aí [o presidente do sindicato] falou: “tu não quer[es] te candidatar para ser presidente?” [...] me candidatei e fiquei doze anos como presidente (entrevista concedida ao autor).

. O primeiro ponto comum entre os relatos é a consensualidade como fator para condução ao cargo de presidente. Dados da CNI apontam para essa prática, já que 97,4% de seus sindicatos registram chapa única em processos eleitorais (CNI, 2016). A segunda coincidência é a informalidade das soluções adotadas, denotada por decisões de transferência do cargo de presidente por fora da eleição. Por fim, outra característica comum reside nas transações se efetivarem pelas partes honrarem acordos apalavrados. Essas relações se fortalecem pelo compartilhamento de recursos do SCRI através do fornecimento de cursos de capacitação, viagens para congressos (custeando passagens e estadia, inclusive no exterior)⁸, ou pela ajuda direta na produção:

Quando pegamos o fardamento [de uma instituição pública] [...] foi uma proporção muito grande, porque era para [o estado] todo [...] tinha um espaço no SENAI que estava parado então eu fui lá e pedi [para usá-lo], juntamente com o presidente [da federação] [...] pedimos maquinário do SENAI [...] [porque] precisava de maquinário adequado. A gente não tinha, mas o SENAI tinha [...] nós

⁸ Entrevista concedida ao autor.

conseguimos juntamente com o SEBRAE [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas] contratar uma consultora para fazer modelagem [das fardas] (entrevista concedida ao autor).

Sem a transferência de custos para o SCRI o empresário teria que buscar crédito no mercado para viabilizar seu compromisso ante a instituição pública, aumentando o risco da operação produtiva. Assim, os acordos de cavalheiros podem eventualmente resolver percalços econômicos dos envolvidos na transação. Ressalte-se que para pequenos e médios empresários pequenas vantagens como a descrita constituem a distância entre lucro e dívida. Participantes do SCRI reconhecem a preponderância desse estrato social no controle dos recursos da CNI:

O perfil [de quem participa da CNI] é de empresários pequenos e médios [...] o médio empresário precisa mais das entidades, porque o grande tem canais próprios (entrevista concedida ao autor).

O processo decisório [na CNI] é comandado por médios e pequenos empresários [...] os membros da diretoria da CNI são médios empresários, são empresas que tem dono [...] não tenho nenhuma dúvida em afirmar [...] [n]o processo decisório há uma predominância de médias empresas e muitas vezes pequenas empresas (entrevista concedida ao autor).

Eles vislumbram a posição de direção no SCRI como parte de seus empreendimentos, a fim de obter “visibilidade” e se tornar “referência” aos pares de cadeia produtiva⁹. Isso torna-se possível pelo controle dos recursos do SCRI, em especial os do chamado Sistema S (SESI, SENAI e SEBRAE). Trata-se da “joia da coroa”, “parte mais sensível” da gestão do SCRI, pois “boa parte das receitas” das federações e da CNI decorrem de contratos de gestão com essas entidades, constituindo-se fator em torno do qual gira a disputa interna da CNI¹⁰. O Sistema S mantém-se com recursos de caráter parafiscal, arrecadados pela União por contribuição sobre a folha de salários posteriormente repassados ao SCRI. Somente o orçamento anual sob responsabilidade da CNI gira em torno de R\$ 2 bilhões de reais, além de constituir rede capilarizada nacionalmente: ao todo 1093 unidades fixas e 935 unidades móveis em todos os estados da federação (SENAI, 2023; SESI, 2023). Trata-se, portanto, de recurso que pequenos e médios empresários dificilmente amalhariam através de suas atividades produtivas.

Diante desse contexto, tem-se evidências de que os acordos de cavalheiros constituem o modo pelo qual a pequenos e média burguesia assume o controle dos recursos para agir na rede sindical da CNI. Assim, seja no nível do sindicato, da federação ou da confederação, as direções têm seus atos potencialmente controlados por essa fração de classe através do mecanismo de acordo de cavalheiros, concretizando-se no polo representado pela entidade na cena política.

⁹ Entrevista concedida ao autor.

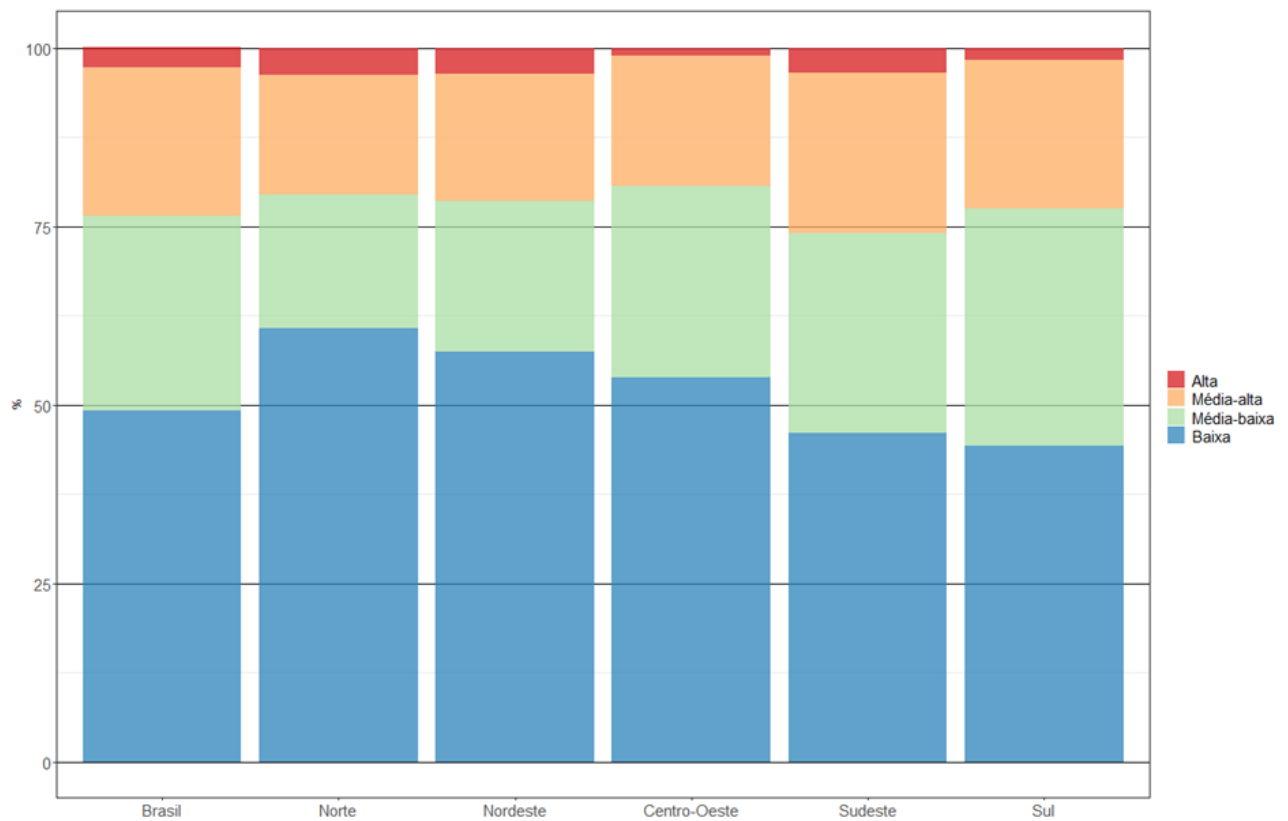
¹⁰ Entrevista concedida ao autor.

REDES DE PODER DISTRIBUÍDO

Nesta seção analisar-se-á padrões territoriais de organização dos sindicatos filiados à CNI a partir de dados coletados no seu *website* a fim de demonstrar um desdobramento dos acordos de cavalheiros: a distribuição do poder sobre os recursos para agir. A partir do nome de cada sindicato identificou-se pertencimento a um setor, bem como sua abrangência de representação. Usou-se tipologias da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0, para delimitar setores aos quais pertenciam cada ente. Trabalhou-se com dois níveis taxonômicos da CNAE, a Seção e a Divisão, a fim de verificar o grau de intensidade tecnológica¹¹ dos setores industriais na base da CNI.

Em 2022, havia 1.259 sindicatos registrados pela CNI, representando setores pertencentes à Indústria de Transformação (96,4%), Construção Civil (10,2%), Indústria Extrativa (5,1%) e Eletricidade e Gás (1,1%). Em relação a intensidade tecnológica da Indústria de Transformação, percebe-se que ela é constituída em sua maioria por setores de baixa (597 sindicatos, 49,2%) e média-baixa (331 sindicatos, 27,3%) intensidade tecnológica. Esse é um padrão repetido em todas as regiões do país, mas nota-se redução dos segmentos de baixa tecnologia na direção norte-sul (Figura 1).

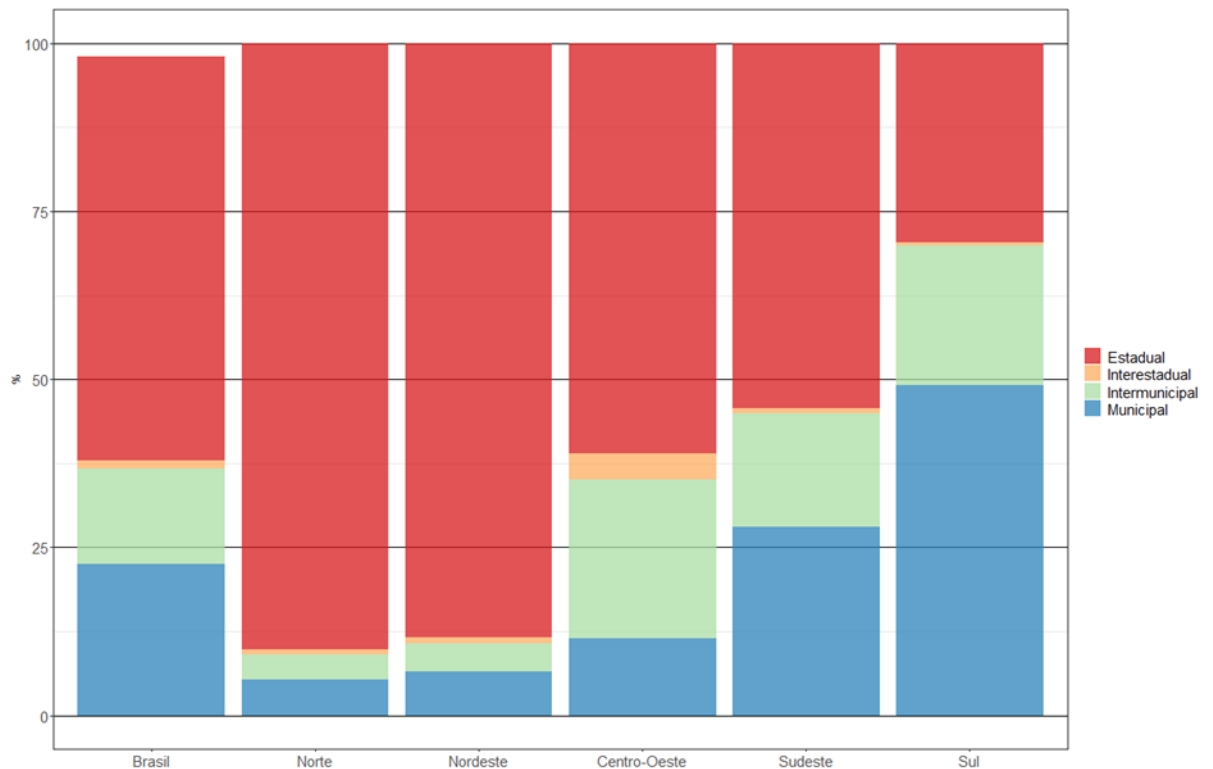
¹¹ Seguimos tipologia da Organização Mundial do Comércio, que agrupa a Indústria de Transformação em quatro níveis de intensidade tecnológica conforme gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (Abdal, 2017).

Figura 1 - Setores representados na base sindical da CNI, segundo intensidade tecnológica.

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à distribuição dos sindicatos por região brasileira, percebe-se a concentração de entidades nas regiões Sudeste (388, 30,8%), Sul (353, 28%) e Nordeste (262, 20,8%). Se compararmos essa distribuição à do Valor da Transformação Industrial (VTI) regionalizado vislumbra-se sobre-representação de Sul e Nordeste na base sindical da CNI¹². Nos dados regionais de tipo de abrangência territorial, pode-se constatar que a forma predominante é estadual (60%). No entanto, há discrepâncias regionais relevantes. No Norte e no Nordeste preponderam sindicatos estaduais, respectivamente 90,2% e 89%. Em contraste, o Sul (69,9%) e o Sudeste (44,4%) têm redes municipais e intermunicipais relevantes (Figura 2). Portanto, no Sul e no Sudeste ocorre um fenômeno de pulverização da representação patronal ao nível municipal e intermunicipal correlacionado à quantidade de unidades produtivas nestas regiões.

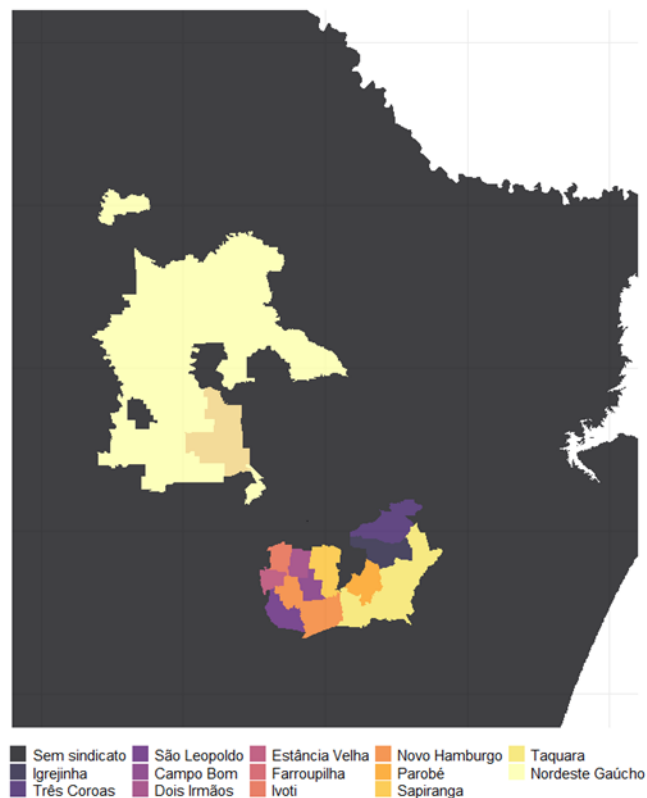
¹² Na Pesquisa Industrial Anual – Empresa o VTI é a medida, para a unidade de investigação local, que se aproxima do valor adicionado (IBGE, 2015). Em 2021, o Sudeste respondia por 56,1% do VTI nacional, Sul e Nordeste, respectivamente, 18,7% e 9,4% (IBGE, 2023).

Figura 2 - Abrangência territorial dos sindicatos na base da CNI, Brasil e grandes regiões administrativas.

Fonte: Elaboração própria.

Apesar de a economia abrir tal possibilidade, necessita-se de uma varável política para concretizá-la. A análise de um exemplar típico do *poder distribuído para fora e para dentro* do SCRI pode explicitá-la. Considera-se haver esse fenômeno onde há pelo menos dois sindicatos municipais ou intermunicipais para o mesmo setor em uma unidade federativa¹³. Devido a federação brasileira não prever imposto de circulação de mercadorias entre municípios, não se justifica economicamente a fragmentação da defesa de interesses de um setor dentro da unidade federativa. Seu exemplar típico é o setor de Fabricação de Calçados do Rio Grande do Sul (RS), que possui 12 sindicatos municipais e um sindicato intermunicipal (Figura 3). Observa-se sindicatos diferentes para municípios conurbados, pertencentes em sua maioria à Região Metropolitana de Porto Alegre (Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Igrejinha, Ivoti, Novo Hamburgo, Parobé, São Leopoldo, Sapiranga e Taquara). Sendo assim, não há justificativa econômica para o grau de fragmentação sindical, já eventual diferença das condições de produção entre as localidades é exígua.

¹³ Distribuição de casos: Santa Catarina (20); Minas Gerais (16); Rio de Janeiro (15); Paraná (13); Rio Grande do Sul (12); São Paulo (10); Mato Grosso (7); Maranhão (3); Pará (2); Espírito Santo, Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul e Rondônia (1). Outros casos são analisados em Costa (2023).

Figura 3 - Abrangência territorial da representação de sindicatos do setor de Fabricação de Calçados no RS.

Fonte: Elaboração própria.

Por outro lado, entidades voltadas ao município permitem ações focadas nos políticos locais, “porque aquele prefeito tem um industrial que trabalha do lado dele”¹⁴ tomando decisões que afetam sobremaneira o mercado de trabalho local¹⁵. Desse convívio surge o “ativo de rede política”¹⁶, a partir do qual o empresário “pede uma audiência” sendo prontamente atendido, levando os gestores municipais a serem “convocados” para apresentar respostas ágeis¹⁷. Assim, a fragmentação da representação setorial indica a importância dada à incidência na política local, permitindo-lhes realizar transações políticas em nome de um ente coletivo sem necessidade de prestação de contas a empresários de outra cidade. O acerto das divisões territoriais estabelece, nesse sentido, a gerência dos ativos de rede política. Esse é um formato de poder distribuído somente das regiões Sul e Sudeste.

O formato de *poder distribuído para dentro* espalha-se por todas as unidades federativas, expressando-se na multiplicidade de representações estaduais dos setores. Usando o mesmo

¹⁴ Entrevista concedida ao autor.

¹⁵ Entrevista concedida ao autor.

¹⁶ Entrevista concedida ao autor.

¹⁷ Entrevista concedida ao autor.

recorte anterior, encontramos 161 casos em que há mais de um sindicato estadual para o mesmo setor em uma unidade federativa, ocorrendo com maior frequência em São Paulo (SP) (20), Minas Gerais (15) e RS (14)¹⁸. Um exemplar típico desse tipo de poder distribuído é SP. Seu setor de Fabricação de Produtos alimentícios possui 15 sindicatos responsáveis pela representação de produtores de mercadorias distintas. Existe uma entidade para a “Indústria do Trigo” ao mesmo tempo em que há uma para a “Indústria da Panificação e Confeitaria”, quando é notório que o processo produtivo dessas mercadorias depende do trigo. Convivem lado a lado representações para a “Indústria do Frio”, representativa de frigoríficos, e para a “Indústria Alimentar de Congelados, Supercongelados, Sorvetes Concentrados e Liofilizados”, que atende o mesmo tipo de estabelecimento. Já no setor de Fabricação de Produtos Têxteis há o Sindicato estadual da Indústria Têxtil compartilhando a federação com as entidades da “Indústria de Cortinados e Estofos” e da “Indústria de Cordoalha e Estopa”. No setor de Fabricação de Produtos Químicos encontra-se um sindicato para a “Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas” junto a outro para a “Indústria de Calcário e derivados para uso agrícola”, ou seja, adubo.

Seria possível listar casos análogos em todo o país nos quais se repete esse padrão de fuga à racionalidade econômica, já que não se vislumbra ganho de qualidade na defesa de interesses dentro da unidade federativa pelas distinções mercantis apresentadas. Esse padrão denota o *poder distribuído para dentro* do SCRI, em que há separação da representação setorial para resolver “brigas internas” ou empoderar mais indivíduos porque se precisava “de mais votos na federação”¹⁹. Enquanto o primeiro formato permite uma distribuição de poder para fora e para dentro, já que a nível federativo o voto dos sindicatos tem o mesmo peso independentemente de sua abrangência territorial, o segundo atua somente para dentro. Ambos expressam tipos distintos, mas complementares, de controle dos recursos para agir no SCRI moldados pelos acordos de cavalheiros.

AS QUERELAS REGIONAIS

O formato de mobilização exposto levou analistas a considerarem a CNI uma “porta-voz das federações do Norte-Nordeste”, que contrabalançaria “o poder de São Paulo” (Leopoldi, 2000, p. 236). Por mais que “contrabalançar” o poderio paulista seja um dos aspectos da

¹⁸ Demais casos: Rio de Janeiro (11), Amazonas (9), Paraná (9), Pernambuco (7), Santa Catarina (7), Bahia (6), Maranhão (6), Piauí (6), Ceará (5), Rio Grande do Norte (5), Goiás (5), Espírito Santo (5), Paraíba (4), Alagoas (3), Mato Grosso (3), Amapá (2), Rondônia (2), Tocantins (2), Sergipe (2), Distrito Federal (2), Acre (1), Mato Grosso do Sul (1) e Roraima (1).

¹⁹ Entrevista concedida ao autor.

“geometria política” das disputas pela direção da entidade²⁰ não é possível apreender seu sentido somente por esse viés. Afinal, pelos nomes privados dos dirigentes da CNI serem “nomes próprios das classes e grupos sociais que representa[m]” (Oliveira, 1981, p. 14), torna-se possível verificar qual fração de classe controla os meios de agir da entidade por meio dos pleitos presidenciais.

A gênese do grupo que dirige a CNI remonta a Fernando Bezerra. Dono de uma empresa de construção civil de pequeno porte no Rio Grande do Norte, a *Ecovil Ltda.*, Bezerra tornou-se presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte em 1979, cargo que ocupou até assumir a presidência da CNI em 1995. A criação da ALI, principal marca de sua gestão, também serviu de vitrine para projetar seu sucessor e consolidar um grupo. Bezerra pôs Armando Monteiro Neto, então presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco, à frente do Conselho Temático de Assuntos Legislativos (Coal), responsável por coordenar a ALI. Monteiro presidia a *Fives Lille Industrial do Nordeste*, empresa de pequeno porte especializada na montagem de destilarias de álcool. Monteiro possuía credenciais para a empreitada, visto que já havia ocupado cargos de diretor regional e vice-presidente da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos, bem como acabara de eleger-se deputado federal pelo PMDB. Na eleição para a presidência da CNI em 2002, Monteiro enfrentaria nova articulação encabeçada pela FIESP, cujo apoio estava depositado em Moreira Ferreira:

Os companheiros do Nordeste [entenderam] que deveríamos apresentar [Monteiro] para a presidência [...] percorremos todos os estados, especialmente da região Norte, e formamos um bloco que passou a ser majoritário [...] não houve disputa ao final, porque nessa fase ficou evidenciado que havíamos construído a maioria, e para pacificar a base convidamos Moreira Ferreira para continuar a ser o primeiro vice (entrevista concedida ao autor).

Ressalte-se o caráter de consensualidade da decisão, característico dos acordos de cavalheiros a fim de evitar exacerbação da querela para além do momento eleitoral. Entretanto, Horácio Lafer Piva, próximo ao IEDI e então presidente da FIESP, e Eduardo Gouvêa Vieira, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), não compactuaram com o acordo, rejeitando compor a diretoria da CNI por defenderem que a presidência deveria ir para o Sudeste (Barros, 2002).

Monteiro trabalhou em três flancos para debelar a defecção sudestina. Primeiramente, colocou um empresário da região no comando do Coal, Robson Braga de Andrade, então presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). Fazia, assim, movimento análogo ao de Bezerra, deixando seu predileto à sucessão responsável pela elaboração do “produto” de maior relevância para a CNI. Além disso, Monteiro apoiou ativamente Paulo Skaf

²⁰ Entrevista concedida ao autor.

na eleição para presidência da FIESP em 2004, visando desalojar o grupo ligado ao IEDI do comando da entidade paulista²¹. Por fim, através da criação do MEI acomodou pesos-pesados do IEDI, como Pedro Wongstchowski (Grupo Ultra) e Josué Gomes da Silva (Coteminas), em espaço sem poder decisório dentro do SCRI. Seus movimentos desaguarão na vitória tranquila de Andrade para a presidência da CNI em 2010:

A sucessão [de Monteiro] se deu de maneira consensual [...] porque nós inauguramos essa mudança da geopolítica de representação, mas de maneira suave, em vez de sair do Nordeste para São Paulo, nós saímos para Minas, que é Nordeste também (entrevista concedida ao autor).

Andrade, sócio-diretor do Grupo Orteng, controlador de empresas de pequeno e médio porte do setor de Materiais e Equipamentos Elétricos de Minas Gerais, é reconhecido no meio industrial como um “ótimo sujeito”, mas sem “*background* industrial”²². O empresário presidiria a CNI entre 2010 e 2023 calcado na “geopolítica de representação” articulada por Monteiro. O Coal passaria a Paulo Afonso Ferreira, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, integrando o Centro-oeste no núcleo decisório da entidade nacional. O Nordeste ficaria responsável pelo setor financeiro da CNI, com Francisco de Assis Benevides Gadelha, presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, e José Carlos Lyra de Andrade, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas. Trata-se de industriais cuja atuação empresarial é nebulosa²³.

Esse arranjo começaria a sofrer rachaduras durante a crise que levou ao impeachment de 2016. Enquanto federações do Sul e Sudeste, lideradas pela FIESP, rapidamente posicionaram-se pela queda de Dilma Rousseff, a CNI evitou tomar lado na fase aguda de conflito, registrando seu apoio ao impedimento apenas três dias antes da votação na Câmara dos Deputados (Costa, 2023). A diferença tornou-se querela após as prisões preventivas de Andrade, Gadelha e Lyra de Andrade durante investigação de suposto esquema de desvios de recursos do SESI (Valadares, 2019). Primeiramente, Flávio Roscoe, atual presidente da FIEMG, pleiteou sem sucesso tornar permanente o afastamento temporário de Andrade da presidência da CNI, reverberando em retaliação através de menor repasse direto de verbas à sua federação²⁴. A querela atingiu estágio agudo quando, durante a pandemia, Andrade convocou o CRCNI em maio de 2021 para estender seu mandato.

²¹ Entrevista concedida ao autor.

²² Entrevista concedida ao autor.

²³ Esta pesquisa não identificou as empresas desses industriais.

²⁴ Entrevista concedida ao autor.

Roscoe, Skaf e Gouvêia Vieira, usando do abalo de reputação do presidente após investigações no SESI, opuseram-se abertamente à Andrade, mas foram derrotados pela união das demais federações (Brasil, 2021). Apesar de questionamento judicial da FIEMG sobre a legalidade da decisão do CRCNI, Andrade manteve coeso o grupo montado ainda nos anos 1990 por Monteiro, mas teve de renunciar à “mudança de geopolítica de representação”, segundo a qual o Centro-Oeste assumiria a próxima presidência da entidade²⁵. Assim, o controle dos meios de agir da entidade industrial segue nas mãos da pequena e média burguesia industrial, agora personificada pelo baiano Ricardo Alban, da produtora alimentícia regional *Biscoitos Tupy*.

CONCLUSÃO

Este texto sintetiza a trajetória da CNI a partir dos anos 1990, quando a entidade passa por uma transformação de sua estrutura interna a fim de recuperar a legitimidade política perdida nas décadas anteriores, englobando associações extracorporativas e CEOs de grandes empresas em fóruns consultivos. Desse modo, a CNI passa a prestar serviços de *lobby* a potenciais representados, reduzindo o desafio à sua posição formal de entidade de cúpula do patronato industrial, mas sem que sua direção compartilhe o controle dos meios de agir do ente com todos os potenciais representados. Demonstrou-se que a reorganização da entidade ocorreu em paralelo a uma rede de mobilização gerida por acordos de cavalheiros que reverberam em duas formas de distribuição do poder decisório interno regidas pela pequena e média burguesia industrial. Portanto, os dirigentes da CNI respondem por seus atos na cena política a esse estrato social através dos mencionados mecanismos, responsáveis por delimitar quem decide as querelas regionais da entidade. Assim, conclui-se não ser prudente tomar *a priori* o comportamento da CNI na cena política como exemplar típico da grande burguesia interna, devendo-se atentar nos casos específicos em que se analisa o ator como se opera *na prática* sua relação com as frações da burguesia industrial.

REFERÊNCIAS

ABDAL, A. Desenvolvimento regional no Brasil contemporâneo: para uma qualificação do debate sobre desconcentração industrial. **Novos Estudos**, v. 36, n. 2, p. 106–127, 2017.

ABERBACH, J. D.; ROCKMAN, B. A. Conducting and Coding Elite Interviews. **Political Science & Politics**, v. 35, n. 04, p. 673–676, 2002.

²⁵ Entrevista concedida ao autor.

ABREU, D. Ricardo Alban é eleito presidente da CNI. **Agência de Notícias da CNI**, 3 mai. 2023. Disponível em: <<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/institucional/ricardo-alban-e-eleito-presidente-da-cni/>>. Acesso em: 17 set. 2023.

BARROS, G. Piva e Gouvêa Vieira ficam de fora da CNI. **Folha de S. Paulo**, p. B5, 22 fev. 2002.

BIANCHI, A. Crise e representação empresarial: o surgimento do pensamento nacional das bases empresariais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 1, n. 16, p. 123–142, 2001.

BIANCHI, A. **O ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990**. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004.

BOITO JR, A. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO. **Recurso Ordinário Trabalhista nº 0000461-03.2021.5.10.0011**. Brasília, 2021.

BRITO VIEIRA, M. Performative imaginaries: Pitkin versus Hobbes on political representation. Em: BRITO VIEIRA, M. (Ed.). **Reclaiming Representation: Contemporary Advances in the Theory of Political Representation**. New York: Routledge, 2017. p. 25–49.

CARDOSO, F. H. O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro. **Dados**, v. 26, n. 1, p. 9–27, 1983.

COSTA, R. **Quem sair por último, apague as luzes: a Confederação Nacional da Indústria no golpe parlamentar de 2016**. São Paulo: Dialética, 2023. *No prelo*

CNI. **Rumo ao crescimento: a visão da indústria**. Rio de Janeiro: CNI, 1994.

____. **Inovação: a construção do futuro**. Brasília: CNI, 2009.

____. **Pesquisa Sindical**. Brasília: CNI, 2016.

VELASCO E CRUZ, S. **Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo**. Campinas: Unicamp, 1995.

DINIZ, E.; BOSCHI, R. R. Autonomia e dependência na representação de interesses industriais. Em: SZWAKO, J.; MOURA, R.; D'AVILA FILHO, P. M. (Eds.). **Estado e sociedade no Brasil: a obra de Renato Boschi e Eli Diniz**. Rio de Janeiro: Ideia, 2016. p. 111–132.

GUILMO, N. S. **A atuação da Confederação Nacional da Indústria no segundo governo Lula em relação à legislação trabalhista**. Dissertação de mestrado. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

GUILMO, N. S.; DEL PASSO, O. F. Legislação trabalhista: atuação política da CNI e CUT no segundo governo Lula. Em: **Anais do 41º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduandos em Ciências Sociais**. Caxambu: Associação Nacional de Pós-graduandos em Ciências Sociais, 2017. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt09-20/10673-legislacao-trabalhista-atuacao-politica-da-cni-e-cut-no-segundo-governo-lula/file>>. Acesso em: 8 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE., 2023. **Pesquisa Industrial Anual – Empresa (2021)**. Brasília: IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html>>. Acesso em: 17 set. 2023.

KINGSTONE, P. R. Corporatism, Neoliberalism, and the Failed Revolt of Big Business: Lessons from the Case of IEDI. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 40, n. 4, p. 73, 1998.

LEOPOLDI, M. A. P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MANCUSO, W. P. **O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Edusp, 2007a.

_____. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, v. 1, n. 28, p. 131–146, 2007b.

MANCUSO, W. P.; OLIVEIRA, A. J. DE. Abertura econômica, empresariado e política: os planos doméstico e internacional. **Lua Nova**, v. 1, n. 69, p. 147–172, 2006.

OLIVEIRA, F. DE. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLSON, M. **The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups**. Revised edition ed. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1974.

PAYNE, L. A. **Brazilian industrialists and democratic change**. Baltimore: Johns Hopkins University, 1994.

PINÇON, M.; PINÇON-CHARLOT, M. Sociologia da alta burguesia. **Sociologias**, n. 18, p. 22–37, 2007.

PINTO, P. M. **Empresário industrial e governos do PT: o caso do IEDI (2003-2016)**. Dissertação de mestrado em Sociologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2021.

POULANTZAS, N. **Political Power and Social Classes**. Londres: NLB, 1975.

SCHMITTER, P. C. **Interest conflict and political change in Brazil**. Stanford: Stanford University Press, 1971.

_____. Still the Century of Corporatism?. **The Review of Politics**, v. 36, n. 1, p. 85–131, 1974.

SCHNEIDER, B. R. Organized Business Politics in Democratic Brazil. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 39, n. 4, p. 95–127, 1997.

SPINACE, O. G. **A burguesia industrial em conflito: a trajetória da Confederação Nacional da Indústria entre o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo**. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2019.

TILLY, C. **From Mobilization to Revolution**. Londres: McGraw-Hill, 1978.

VALADARES, J. Presidente da CNI é liberado pela Justiça Federal após audiência. **Folha de S.Paulo**, 19 fev. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/02/presidente-da-cni-e-liberado-pela-justica-federal-apos-audiencia.shtml>>. Acesso em: 17 set. 2023.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS: Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi disponibilizado no *Dagshub* e pode ser acessado em https://dagshub.com/rafael2.costa/Analises_quanti_quem_sair_por_ultimo_apague_as_luzes.git

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

O autor declara que não há conflito de interesses a mencionar.

Rafael da Silva da Costa é Historiador e mestre em Ciência Política pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

ANEXO I – Entrevistas

No que concerne às entrevistas realizadas no âmbito desta pesquisa, compreendemos desde o começo se tratar de recurso essencial para a própria viabilização do trabalho, já que elas permitem confirmação e aferição de dados recolhidos através da análise documental, bem como caracterizam-se por serem uma das melhores formas de absorção do pensamento, dos valores e das crenças de um ator político coletivo (Aberbach; Rockman, 2002). Inicialmente encontramos dificuldade de acesso a indivíduos que estivessem em posição de fornecer ao pesquisador informações relevantes ao contexto do trabalho. Atribuímos isso à noção de que apesar de serem empresários de baixo porte econômico, os dirigentes-empresários do sistema de representação da indústria constituem uma espécie de elite em relação à sua fração de classe e, em especial, ao restante da população. Esse tipo de fator já foi apontado por outros estudos como empecilho à realização da pesquisa, por esses indivíduos adotarem um modo de vida hermético, baseado na descrição (Pinçon; Pinçon-Charlot, 2007).

Devido à dificuldade inicial de contato direto com dirigentes-empresários, adotamos a estratégia de tentar entrevistas com membros do corpo técnico da CNI. A partir de contato realizado com a área responsável pela assessoria de imprensa da entidade conseguimos agendar as primeiras entrevistas presenciais com pessoas de interesse, bem como marcamos um período de visita ao acervo histórico da entidade em Brasília. A partir desses contatos iniciais aconteceu o chamado “efeito bola de neve” tão relatado por outros investigadores sociais, em que um informante inicial oferece ao pesquisador o contato do informante seguinte e assim sucessivamente. A menção, por nossa parte, de pessoas anteriormente entrevistadas (sempre feita com prévia anuência do entrevistado) foi um dos fatores que julgamos ter contribuído para obter um número relevante de entrevistas.

Realizamos entrevistas semiestruturadas, baseadas em um roteiro que utilizava questões abertas já que, segundo Aberbach e Rockman (2002), trata-se de método interessante para captar as “nuances contextuais” a partir das respostas do entrevistado. Dada a natureza metodológica do trabalho, o tipo de evidência empírica que poderia surgir a partir de uma abordagem “conversativa” (*conversational*), característica desse tipo de entrevista com questões abertas, supera em muito os riscos embutidos na estratégia (Aberbach; Rockman, 2002). Cabe ressaltar que tanto no caso de membros e ex-membros do corpo técnico da CNI como no caso dos dirigentes-empresários, invariavelmente, era solicitada previamente uma cópia do roteiro de entrevista. No caso dos dirigentes esse pedido era triangulado por uma assessoria de comunicação, responsável por verificar a confiabilidade de quem estava pedindo a entrevista.

Foram realizadas dezoito entrevistas entre novembro de 2021 e julho de 2022, sendo quatro com ex-membros do governo federal no período da administração de Dilma Rousseff, seis com membros e ex-membros do corpo técnico da CNI, quatro com presidentes de sindicatos de base do sistema confederativo de representação da indústria, três com presidentes e ex-presidentes de Federações estaduais das indústrias e uma com um ex-presidente da CNI. Todas as entrevistas foram concedidas sob a condição de anonimato dos entrevistados, creditamos a essa condicionalidade a razão para obtenção de número relevante de entrevistas. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas (com anuência prévia dos entrevistados), exceto a de um presidente de Federação estadual que respondeu por escrito o roteiro enviado à sua assessoria de comunicação. A lista dos entrevistados pode ser encontrada na tabela a seguir:

Tabela 1 – Relação de entrevistados²⁶

Entrevistado	Data	Descrição
1	25/11/2021	Ex-ministro ligado a área econômica do governo federal
2	24/02/2022	Ex-ministro ligado a área econômica do governo federal
3	30/03/2022	Ex-ministro ligado a área econômica do governo federal
4	17/02/2022	Ex-ministro ligado de área ligada diretamente à presidência da República
5	08/12/2022	Empresário industrial de grande porte, membro de fórum consultivo da CNI
6	20/06/2022	Ex-dirigente da CNI (Nordeste)
7	08/02/2022	Ex-presidente de Federação Estadual das Indústrias (Sudeste)
8	05/07/2022	Presidente de Federação Estadual das Indústrias (Sul)
9	29/03/2022	Presidente de Federação Estadual das Indústrias (Nordeste)
10	21/03/2022	Presidente de Sindicato industrial de base (Sul)
11	22/03/2022	Presidente de Sindicato industrial de base (Sudeste)
12	18/03/2022	Presidente de Sindicato industrial de base (Nordeste)
13	29/07/2022	Presidente de Sindicato industrial de base (Nordeste)

²⁶ Mantivemos todos os entrevistados no gênero masculino para preservar ainda mais suas identidades. Desmembramos a qualificação de um entrevistado em duas, conforme datas das partes de sua entrevista, para preservar sua identidade, já que se o identificássemos por somente uma qualificação sua identidade não restaria preservada. Portanto, apesar de 21 qualificações de entrevistados, trata-se de 20 pessoas distintas.

14	31/05/2022	Presidente de Sindicato industrial de base (Norte)
15	15/03/2022	Diretor executivo da CNI
16	23/03/2022	Ex-diretor executivo da CNI
17	18/02/2022	Gerente executivo da CNI
18	25/02/2022	Ex-gerente executivo da CNI
19	15/02/2022	Gerente de área da CNI
20	17/02/2022	Gerente de área da CNI
21	29/11/2022	Membro do corpo técnico do Sesi (Sudeste)

ANEXO II – Dados quantitativos

Na análise de dados relativos à base sindical da CNI realizamos coleta manual dos dados no sítio eletrônico da própria entidade industrial, convertendo-os em uma planilha de texto. Todas as estatísticas utilizadas neste trabalho foram feitas a partir de programas escritos pelo próprio autor por meio da ferramenta *Rstudio*. Os conjuntos de dados, bem como os programas utilizados estão disponíveis para download em repositório público caso as análises aqui realizadas queiram ser reproduzidas²⁷.

²⁷ O repositório de dados pode ser encontrado em: https://dagshub.com/rafael2.costa/Analises_quanti_quem_sair_por_ultimo_apague_as_luzes.git.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.